

Entre o tempo e a inclusão: análise da atuação de professores e mediadores do AEE na consolidação da Escola de Tempo Integral em uma unidade pública municipal.

Between time and inclusion: an analysis of the performance of teachers and mediators in special education Services in Consolidating Full-time schooling in a municipal public unit.

Simône Gomes dos Santos ¹ ; Mílvio da Silva Ribeiro ² 

RESUMO

Esta pesquisa investiga a (re)implantação da Escola de Tempo Integral na EMEIFTI Professora Beatriz de Moura Arias (2024-2025), focando na atuação de docentes e mediadoras do Atendimento Educacional Especializado (AEE). A hipótese que se sustenta é que a eficácia do ensino integral em contextos de vulnerabilidade depende da superação do tempo cronológico em favor de uma práxis pedagógica articulada, onde a colaboração interprofissional mitiga carências estruturais. O estudo justifica-se pela necessidade de compreender a integração entre base comum e suporte especializado no chão da escola. Diante do exposto, pretende-se analisar percepções e desafios desses profissionais, com foco na resistência comunitária, articulação pedagógica e demandas formativas. A metodologia consistiu em um estudo de caso qualitativo-descritivo, com aplicação de questionários e Análise de Conteúdo. O referencial teórico ancora-se em Lück (2009), Gadotti (2009), Cavaliere (2007) e Perrenoud (1999). A análise de dados revela uma dicotomia entre a excelência no suporte da gestão e na comunicação interna, persistem obstáculos na participação familiar e carência de recursos tecnológicos. Emergem lacunas no planejamento coletivo e fragmentação nos registros avaliativos, além de demandas por metodologias lúdicas para enfrentar a indisciplina. Portanto, apesar da precariedade de insumos, o projeto obteve êxito na transformação do vínculo aluno-escola e no desenvolvimento socioemocional. A relevância da pesquisa reside na identificação de que a escola integral exige que a formação docente e o engajamento comunitário sejam pilares indissociáveis da gestão.

Palavras-chave: Educação Integral. Práxis Docente. Família.

ABSTRACT

This research the (re)implementation of the Full-Time School at EMEIFTI Teacher Beatriz de Moura Arias (2024-2025), focusing on the work of teachers and mediators in Specialized Educational Assistance (AEE). The hypothesis is that the effectiveness of full-time education in vulnerable contexts depends on overcoming chronological time in favor of an articulated pedagogical praxis, where interprofessional collaboration mitigates structural deficiencies. The study is justified by need to understand the interaction between the common core a specialized support within the school setting. Considering this, it aims to analyze the perceptions and challenges of the professionals, focusing on community resistance, pedagogical articulation, and training demands. The methodology consisted of a qualitative-descriptive case

¹ Doutoranda em Ciências Sociais Facultad de Ciencias Sociales Interamericana – FICS.

² Docente da Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências Humanas Gamaliel (FATEFIG), Tucuruí (PA), Brasil. Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

study applying questionnaires and Content Analysis. The theoretical framework is anchored in Lück (2009), Gadotti (2009), Cavaliere (2007) e Perrenoud (1999). The data analysis reveals a dichotomy between excellence in management support and internal communication, while obstacles persist in Family participation and a lack of technological resources. Gaps emerge in collective planning and fragmentation in evaluation records in addition to demands for playful mythologies to address indiscipline. Therefore, despite the scarcity of resources, the Project succeeded in transforming the student-school relationship and socio-emotional development. The relevance of research lies in identifying that full-time schooling requires teacher training and Community engagement to be inseparable pillars of management.

Keywords: Full-Time. Education. Teaching Practice. Family.

1 INTRODUÇÃO

A reconfiguração do cenário educacional brasileiro contemporâneo tem conferido centralidade à expansão da jornada escolar, consolidando a Escola de Tempo Integral como estratégia primordial para a garantia de uma formação humana integral. No contexto da Unidade Municipal de Ensino Fundamental e Educação Infantil de Tempo Integral (EMEIFTI) Profª Beatriz de Moura Arias, referente ao biênio 2024-2025, tal processo de (re)implantação transcende a mera extensão da permanência discente.

Conforme assevera Cavaliere (2007, p. 1016), "a escola de tempo integral não deve ser apenas uma ampliação do tempo de permanência do aluno, mas uma proposta que dialogue com a qualidade e a diversidade das atividades oferecidas".

A presente investigação parte da premissa de que a eficácia desta modalidade de ensino, sobretudo em contextos marcados pela vulnerabilidade socioeconômica, está intrinsecamente vinculada à superação de uma visão puramente cronológica do tempo. É indiscutível que a gestão e a docência convirjam para uma práxis pedagógica articulada, capaz de mitigar carências estruturais por meio da colaboração interprofissional entre o ensino regular e o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Sob essa ótica, a integração entre a base comum e o suporte especializado torna-se o objeto central de análise, justificando-se pela necessidade de compreender as dinâmicas reais que ocorrem no "chão da escola".

Historicamente, o conceito de educação integral vincula-se à emancipação do sujeito. No entanto, a implementação prática enfrenta desafios que perpassam a resistência comunitária e a fragmentação do planejamento. Gadotti (2009, p. 24) reforça essa perspectiva ao afirmar que "a educação integral não se refere apenas a uma jornada de tempo integral, mas a uma educação que desenvolva todas as dimensões do ser humano: a dimensão física, a dimensão afetiva,

cognitiva, ética, estética e a dimensão política.”

Diante do exposto, este artigo objetiva analisar as percepções e os desafios enfrentados por docentes e mediadoras do AEE, com foco na articulação pedagógica e nas demandas formativas. Metodologicamente, a pesquisa ampara-se em um estudo de caso qualitativo-descritivo, utilizando a aplicação de questionários e o rigor da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011). O arcabouço teórico que sustenta as discussões mobiliza autores como Lück (2009), que discute a gestão participativa, e Perrenoud (1999), voltado às competências profissionais.

Os resultados preliminares apontam para uma dicotomia entre a excelência no suporte da gestão e na fluidez da comunicação interna, persistem obstáculos significativos quanto à participação familiar e à escassez de recursos tecnológicos. Tais lacunas refletem-se na fragmentação dos registros avaliativos e na carência de metodologias lúdicas para o enfrentamento da indisciplina.

Contudo, defende-se aqui que, apesar das precariedades de insumos, a (re)implantação da jornada ampliada obteve êxito na transformação do vínculo aluno-escola, demonstrando que a formação docente continuada e o engajamento comunitário são pilares indissociáveis para a consolidação de uma política educacional verdadeiramente inclusiva e transformadora.

2 METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se como um estudo de caso de natureza qualitativo-descritiva. Segundo Gil (2002), o estudo de caso permite um exame profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir seu amplo e detalhado conhecimento. O corpus da pesquisa foi constituído por profissionais da educação que atuam diretamente na interface do ensino integral e da inclusão, a saber: Docentes do ensino regular (base comum) e Mediadoras do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A escolha desses sujeitos justifica-se pela centralidade de sua atuação na execução da práxis pedagógica e na mediação das vulnerabilidades sociais e educacionais presentes no território da escola.

Para a apreensão das percepções e desafios enfrentados pelos profissionais, utilizou-se como instrumento de coleta de dados a aplicação de questionários estruturados. Os

instrumentos foram elaborados para identificar lacunas no planejamento coletivo, a qualidade da comunicação interna e as demandas por formação continuada.

A partir da análise foi possível identificar unidades de registro que evidenciassem a dicotomia entre o suporte da gestão e as carências estruturais, permitindo uma visão holística sobre o êxito, as principais angústias dos docentes do projeto de tempo integral.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A eficácia na comunicação interna o suporte unânime da gestão identificados na pesquisa corroboram a tese de que o sucesso educacional depende de uma coordenação que promova a coesão do grupo. Para Lück (2009, p. 21), a gestão escolar não deve ser centralizadora, mas sim um processo de mobilização, “a gestão da escola, orientada pelo princípio da participação, pressupõe a convicção de que o poder não é um objeto que se possui, mas uma relação que se estabelece entre as pessoas, de modo a canalizar esforços para a realização de objetivos educacionais comuns.”

Dessa forma, a confiança depositada pelas mediadoras na liderança da unidade escolar constitui o alicerce necessário para enfrentar os desafios estruturais e a resistência comunitária identificados.

A convergência absoluta nas respostas das mediadoras quanto à eficácia da comunicação interna sinaliza que a EMEIFTI Professora Beatriz de Moura Arias conseguiu estabelecer um fluxo informacional que transcende o nível administrativo, alcançando a esfera pedagógica.

Essa articulação é o que Lück (2009) define como gestão participativa em sua plenitude, pois permite que os profissionais do AEE e do ensino regular compartilhem responsabilidades sobre o percurso de aprendizagem dos alunos em situação de vulnerabilidade.

Quando a liderança escolar atua como um elemento aglutinador, as barreiras impostas pela carência de recursos tecnológicos e materiais tornam-se menos impeditivas, uma vez que o capital humano é mobilizado para criar soluções alternativas e metodologias criativas, como o uso do lúdico, visando mitigar as lacunas do ambiente físico.

Entretanto, a dicotomia observada entre o forte suporte da gestão e a baixa participação das famílias revela que o poder como relação, proposto por Lück, encontra fronteiras nos muros da escola. Se, por um lado, a coesão interna fortalece o vínculo aluno-escola e transforma o comportamento discente, por outro, a resistência comunitária indica que a gestão precisa expandir sua capacidade de mobilização para além do corpo docente.

Nesse sentido, a consolidação da escola de tempo integral depende de uma gestão que não apenas organize os processos internos, mas que atue politicamente na sensibilização dos responsáveis, convertendo a escola em um centro de referência e integração social que faça sentido para a comunidade local.

A consolidação de uma Escola de Tempo Integral exige uma reestruturação que ultrapassa a dimensão física e temporal, demandando uma ressignificação da gestão e das práticas pedagógicas. Sobretudo, nesse momento de reestruturação há, portanto, a necessidade de uma liderança articuladora e de uma visão holística do sujeito aprendente.

Sobre a concepção da Educação de Tempo Integral, além de uma jornada ampliada, A pesquisa revelou que a ampliação do tempo escolar gerou impactos positivos no comportamento e no vínculo socioemocional dos discentes. Tal percepção alinha-se à crítica de que o tempo integral não deve ser um "depósito" de alunos, mas um espaço de desenvolvimento multidimensional.

Cavaliere (2007, p. 1021) adverte que o modelo brasileiro exige uma integração profunda entre escola e sociedade, "o tempo integral na escola pública brasileira não pode prescindir de uma concepção de educação que vincule o desenvolvimento cognitivo à proteção social e ao acesso à cultura, sob pena de tornar-se apenas uma extensão da guarda da criança."

Nesse sentido, o anseio das mediadoras por metodologias lúdicas e espaços de lazer (como a sugestão da sala de cinema) reflete a busca por uma escola que dialogue com o desejo do aluno, aproximando-se do que Gadotti (2009, p. 53) define como a essência do projeto político-pedagógico, "A educação integral não é apenas uma questão de horas, mas de uma nova postura diante do conhecimento e da vida".

As lacunas formativas apontadas pelas mediadoras (100% de demanda por métodos de ensino) e a fragmentação no planejamento evidenciam que a escola integral impõe novos desafios ao saber-fazer docente.

Sobre a competência docente e o atendimento especializado, Perrenoud (1999) destaca que a competência profissional reside na capacidade de mobilizar recursos frente a situações complexas. Sobre o trabalho coletivo e a gestão da heterogeneidade, o autor sustenta que:

Trabalhar em equipe pedagógica é uma competência que se torna indispensável quando o objetivo é a inclusão e o acompanhamento personalizado, exigindo dos profissionais a capacidade de negociar objetivos e compartilhar responsabilidades sobre o sucesso de todos os alunos (PERRENOUD, 1999, p. 67).

A necessidade de maior colaboração entre os professores do Fundamental II e as mediadoras do AEE, mencionada nos resultados, demonstra que a prática colaborativa ainda é um desafio a ser superado para que a inclusão não seja um processo isolado, mas uma responsabilidade compartilhada no projeto de tempo integral.

No recorte específico do Ensino Fundamental II, a fragmentação do saber em componentes curriculares isolados intensifica os desafios de uma proposta de educação integral, exigindo uma reestruturação da identidade docente. A resistência mencionada pelas mediadoras e a demanda por maior colaboração dos professores desse segmento revelam que o modelo de professor regente de disciplina precisa dar lugar ao professor articulador de competências.

Conforme preconizado por Perrenoud (1999), para que o suporte ao público-alvo do AEE não seja fracionado entre diferentes conteúdos, a gestão do tempo integral no Fundamental II deve institucionalizar espaços de planejamento coletivo que rompam com a herança pedagógica do isolamento em sala de aula.

Assim, através dessa permeabilidade entre os especialistas de área e as mediadoras será possível converter a jornada ampliada em um currículo integrado, onde a transição entre a base comum e o suporte especializado ocorra de forma fluida, garantindo que o desenvolvimento socioemocional e cognitivo do adolescente seja uma meta compartilhada por todo o corpo docente.

O desafio da relação escola-família, observou-se a baixa participação familiar identificada no estudo de caso aponta para a urgência de estratégias de sensibilização. A literatura indica que a escola integral só se consolida quando a comunidade compreende o valor pedagógico da permanência ampliada, transformando a resistência inicial em engajamento participativo, pilar fundamental para a sustentabilidade da política pública educacional.

A fragilidade no engajamento familiar identificada reflete um fenômeno sociológico em que a Escola de Tempo Integral é, muitas vezes, percebida pela comunidade apenas sob sua dimensão assistencialista, em detrimento de sua função formativa. Conforme Cavaliere (2007), ressalta que a sustentabilidade das políticas de jornada ampliada exige a construção de um pacto educativo que integre a escola ao seu território.

Sem estratégias de sensibilização que demonstrem o valor pedagógico das atividades complementares e do suporte do AEE, a família tende a manter uma postura de distanciamento ou resistência, limitando o potencial transformador da instituição. A participação dos pais não

deve ser meramente protocolar, mas sim uma forma de capital social que, quando mobilizado pela gestão escolar, atua como um fator de proteção contra a evasão e a indisciplina.

A baixa participação relatada no estudo de caso compromete essa articulação, gerando uma descontinuidade educativa que sobrecarrega os mediadores e docentes. De acordo com Lück (2009), a gestão democrática deve implementar mecanismos de escuta ativa e acolhimento que transformem a resistência em pertencimento.

Ao promover espaços de diálogo que valorizem os saberes locais e esclareçam as metas do projeto pedagógico, a escola reduz a assimetria de informação e fomenta o engajamento participativo, elemento indispensável para que o desenvolvimento socioemocional e o vínculo aluno-escola sejam plenamente consolidados e validados pelo núcleo familiar.

4 CONCLUSÃO

A investigação sobre a (re)implantação da Escola de Tempo Integral na EMEIFTI Professora Beatriz de Moura Arias revela que a eficácia dessa política pública não reside estritamente na expansão do tempo cronológico, mas na qualidade da práxis pedagógica e na solidez da gestão. Os dados coletados evidenciam que, embora a unidade escolar desfrute de uma liderança articuladora e de uma comunicação interna de excelência.

Lück (2009) define como pilares da gestão participativa, a concretização de uma educação verdadeiramente integral ainda enfrenta barreiras externas e estruturais. A dicotomia entre o sucesso da coesão interna e a baixa participação familiar demonstra que o pacto educativo proposto por Cavaliere (2007) está em processo de construção, exigindo que a escola transcenda seus muros para converter a visão assistencialista da comunidade em um engajamento pedagógico efetivo.

No que tange ao corpo docente e às mediadoras do AEE, as lacunas formativas e a fragmentação do planejamento no Ensino Fundamental II reforçam a urgência de uma reestruturação das competências profissionais. Conforme postulado por Perrenoud (1999), a transição para um modelo de ensino integral exige a superação do isolamento disciplinar em favor de um trabalho coletivo institucionalizado.

A análise aponta que a integração entre a base comum e o suporte especializado é o que garante a transformação do vínculo aluno-escola, promovendo o desenvolvimento socioemocional mesmo diante da escassez de recursos tecnológicos. Portanto, a indisciplina e a

resistência, desafios inerentes a contextos de vulnerabilidade, podem ser mitigadas quando a ludicidade e a colaboração interprofissional tornam-se eixos centrais da rotina escolar.

A experiência da EMEIFTI Professora Beatriz de Moura Arias no biênio 2024-2025 confirma que a escola de tempo integral é um projeto em constante movimento, cuja sustentabilidade depende da formação continuada e da sensibilização comunitária.

Conclui-se que o êxito obtido na melhoria do comportamento discente e no fortalecimento dos laços institucionais é um indicativo do potencial emancipador da educação integral, conforme idealizado por Gadotti (2009). Às futuras implementações, recomenda-se o investimento em metodologias ativas e o fortalecimento de canais de diálogo com as famílias, assegurando que o tempo ampliado seja, de fato, um tempo de excelência, inclusão e cidadania plena.

Assim, criar tempo e espaços fixos na carga horária para o planejamento conjunto entre docentes do Ensino Fundamental II e mediadoras do AEE. Essa medida visa romper a fragmentação curricular e garantir que as adaptações pedagógicas não sejam esforços isolados, mas uma estratégia coletiva de inclusão.

De tal modo que, implementar oficinas formativas focadas em ludicidade, tecnologias educacionais e gestão de sala de aula, visando reduzir a indisciplina e aumentar o engajamento discente, durante as aulas. Além disso, desenvolver estratégias de busca ativa e sensibilização comunitária. Propõe-se, portanto, a realização de mostras culturais que evidenciem os projetos lúdicos realizados, objetivando transformar percepção da família de uma visão assistencialista para uma visão de coparticipação pedagógica.

A importância desta investigação se fundamenta na sua capacidade de oferecer respostas concretas a um dos maiores desafios da educação brasileira contemporânea: a transição de um modelo de ensino tradicional para uma proposta de educação integral e inclusiva em territórios de alta vulnerabilidade.

A relevância deste estudo perpassa pelos fatores de uma escola que não apenas estende o tempo, mas que atua como um agente de proteção social e de promoção da cidadania. Ao demonstrar que a integração pedagógica e o fortalecimento dos vínculos afetivos melhoram o comportamento e a permanência discente, a pesquisa reafirma o papel da escola pública como um espaço de equidade, capaz de romper ciclos de exclusão e garantir o direito constitucional a uma formação humana integral e digna.



REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo integral e educação integral: a agitação de uma ideia no Brasil**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1015-1035, out. 2007.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral: ideal e real**. São Paulo: Paulo Freire, 2009.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar: convite à viagem**. Porto Alegre: Artmed, 1999.